

XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

ONDE O CORPO É TERRITÓRIO E PALAVRA: estudos étnico- raciais e os feminismos negros como processos de (re)existências históricas

Silvana Santos Bispo¹ 

RESUMO

Este artigo propõe refletir sobre as intersecções dos estudos étnico-raciais para os debates sobre feminismos negros e o pensamento de mulheres negra, a partir de uma perspectiva que reconhece o corpo como território e a palavra como perspectiva epistêmica de (re)existência. Com base em metodologias negras, a memória coletiva e o conhecimento ancestral, busco evidenciar como nós, mulheres negras, temos historicamente produzido saberes e práticas que desestabilizam os binarismos ocidentais e os paradigmas eurocentrados. A partir de experiências forjadas em comunidades quilombolas, de terreiros, irmandades religiosas, dentre outros espaços de resistência, compreendemos que nosso pensamento emerge da luta cotidiana contra o racismo, sexismo, o território, a LGBTQIAPN+fobia, o classismo e outras formas de opressões interseccionais. O artigo destaca ainda o apagamento epistêmico e regional que atinge as produções intelectuais negras, sobretudo fora do eixo Sul-Sudeste, valorizando o protagonismo de intelectuais do Nordeste e das diásporas negras. Referenciadas em autoras como Angela Figueiredo, Valdecir Nascimento, Luiza Bairos, Beatriz Nascimento, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Silvana Bispo, Núbia Regina Moreira, Cláudia Cardoso, dentre outros importantes nomes, ao trazemos à tona o potencial político das produções de mulheres negras para a construção de um projeto coletivo de emancipação, onde o corpo é não apenas campo de luta, mas também território de saber, memória e futuro.

Palavras-chave: Feminismos Negros; Estudos Étnico-Raciais; Interseccionalidades.

Introdução

O pensamento feminista negro no Brasil emerge da urgência de nomear e

¹ Filha de lãnsã e Oxumaré, feminista negra, mãe, professora da rede pública, periférica e ativista antirracista. Mestra e Doutoranda no PPGNEIM/UFBA. Graduada em História pela UNEB (cotista). Atua na formação de professoras/es com foco em gênero, raça e ações afirmativas, educação escolar quilombola. É autora do livro - Feminismos em Debate: reflexões sobre o movimento de mulheres negras em Salvador (1978-1997). E-mail: silvanabispo18@gmail.com



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO SUL DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA 

XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

denunciar as múltiplas formas de opressão vividas por nós, pelas mulheres negras, cujas vozes foram historicamente silenciadas pelas narrativas eurocentradas e patriarcais. Desse modo, questiono: o que queremos enquanto mulheres negras? Esta pergunta nos leva a escutar os lugares de saberes múltiplos onde se constituem nossas insurgências: terreiros, irmandades religiosas, comunidades quilombolas e das margens ao centro das cidades. A partir da interseccionalidade, conceito sistematizado por Kimberlé Crenshaw (2002), mas já presente nas práticas/escritas de mulheres negras latino-americanas e caribenhas, a exemplo das intelectuais e ativistas históricas brasileiras como Lélia Gonzalez (1984) e Luiza Bairros (1995), busco compreender como os eixos de opressão se articulam para conformar experiências de violência e especialmente processos outros de (re)existências. As epistemologias do terreiro, da rua, do quilombo e da oralidade não apenas denunciam o apagamento epistêmico, mas propõem formas de empoderamento coletivo e de construção de um projeto de sociedade efetivamente equânime.

Essas epistemes inscrevem-se em corpos que falam, dançam, cantam, escrevem, cuidam e guerreiam. São saberes forjados nas dobras do tempo, onde o passado ancestral e o presente insurgente se entrelaçam na tessitura de um futuro que se quer possível. Como nos lembra Beatriz Nascimento (2021), o corpo negro é território e palavra: nele se inscrevem dores e alegrias, feridas abertas e curas ancestrais, fluxos de vida que rompem os limites das narrativas ocidentais binárias e universalizantes perceptíveis através do quilombo como espaço de afirmação negra e organização politicamente coletiva.

Neste sentido, os estudos étnico-raciais que partem das experiências de populações negras e indígenas, têm sido fundamentais para descolonizar os debates sobre feminismos e sexualidade, por exemplo. Ao reivindicar a pluralidade de vozes e territórios, deslocam a centralidade das epistemologias brancas, sulistas e acadêmicas, evidenciando que o pensamento feminista negro no Brasil não é



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO SUL DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

monolítico. Pelo contrário, ele se constitui a partir das territorialidades, das heranças negras, da ancestralidade, da experiência com o racismo, das sexualidades dissidentes e das vivências de classe, geração, capacidades outros de afetos e autocuidado. Sim, pois nós existimos em processos de (re)existências em tempos e lugares diferenciados.

Metodologia

A opção por uma abordagem qualitativa e decolonial responde à necessidade de romper com os paradigmas eurocentrados e brancocêntricos de pesquisa que historicamente negaram às populações negras, dos povos originários e especialmente há nós, mulheres negras, o “status” de produtoras de conhecimento. Nesse sentido, compreendo que pensar uma metodologia a partir das epistemologias do corpo-território, da ancestralidade e da oralidade é também um ato político de autoinscrição, como nós ensina Conceição Evaristo (2020), bem como Patricia H. Collins (2022), as quais apontam que as práticas que rompem com a lógica colonial e hierárquica do saber, incorpora o gesto de inscrição das experiências negras no corpo do texto, evidenciando que falar somos nós e por nós mesmas se constitui como forma de agência e afirmação.

Ao mobilizar a oralidade e a memória coletiva como pilares metodológicos, reconhecemos que as narrativas orais são mais do que simples relatos: são tecnologias ancestrais de conhecimento, que codificam experiências históricas, afetivas e espirituais. Como afirma Lélia Gonzalez (1984), a fala das mulheres negras são carregadas de força política e reinvenção cotidiana, sendo, portanto, uma dimensão teórica e política fundamental na construção de conhecimentos outros. Assim, as vozes de mulheres negras devem serem ouvidas não como fontes “complementares”, mas como centros de enunciação. Nossas escritas e



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

produções que se valem da escuta atenta a diferentes expressões culturais e políticas são também formas de narrar o mundo por outros olhares, por outros ritmos, por outros copos, por outras epistemes.

Esses espaços não apenas produzem resistências – produzem vida, sentido e projetos políticos. São territórios onde o corpo e a palavra se entrelaçam, onde o sagrado se encontra com o cotidiano e onde o passado ancestral funda as possibilidades do porvir. Ao escutarmos nossas vozes que celebram, lutam, cantam, dançam, escrevem, educam, captamos saberes que não se encaixam nas formas tradicionais da ciência, mas que transbordam potência de (re)existência. Somos povos da coletividade e, como já sinalizei em outra publicação, o empoderamento, na perspectiva do feminismo negro, não se restringe às mulheres. Isso porque compreendemos que o racismo afeta toda a comunidade negra, ainda que de formas distintas. Defendo que a luta pela autonomia das mulheres negras precisa considerar, também, os processos de marginalização que atingem os homens negros, pois as estruturas de dominação e seus efeitos cotidianos operam sobre diferentes sujeitos e corpos negros. É, portanto, fundamental que as discussões sobre política racial e de gênero incorporem essas interseccionalidades, a fim de enfrentá-las com a complexidade que exigem e romper com as lógicas subalternizadoras que nos atravessam. (BISPO, 2023).

Nós, Mulheres Negras: narrativas, escritas e lutas políticas

A produção intelectual de autoras negras, a exemplo de Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Valdecir Nascimento, Cláudia Cardoso, Angela Figueiredo, Conceição Evaristo, Sueli Carneiro, Ana Célia da Silva, Núbia Moreira, dentre tantas outras, compõe o corpo da práxis e teórico deste artigo, em diálogo com produções acadêmicas e ativistas do Sul global e das diásporas negras.



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO SUL DA BAHIA



Colegiado do curso de

DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

Portanto, este artigo reconhece como metodologia e práxis o entrecruzamento de saberes vividos e saberes escritos, considerando que a escuta, a vivência, o corpo, o território e a espiritualidade como dimensões indissociáveis de um pensamento comprometido com as lutas históricas de mulheres negras por justiça epistêmica, social e existencial.

Segundo Angela Figueiredo (2020), o movimento de mulheres negras no Brasil busca não apenas relatar suas trajetórias de forma paralela à história oficial, mas sim desmistificá-la, ampliando suas perspectivas e propondo uma reinterpretação crítica do passado. Ao recontar a história sob a ótica das vivências negras, especialmente das mulheres, esse movimento desloca o centro da narrativa histórica tradicional, evidenciando as ausências e silenciamentos impostos por uma historiografia brancocêntrica e patriarcal. De acordo com Cláudia Cardoso (2012, p. 21), a Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), junto ao Fórum Nacional de Mulheres Negras (FNMN), consolidou-se como referência nacional na luta pelos direitos das mulheres negras. Essas organizações desempenham papel central na promoção da equidade racial e de gênero, sendo interlocutoras fundamentais nas negociações com o poder público para a formulação e implementação de políticas públicas voltadas à superação das desigualdades que afetam as mulheres negras no Brasil.

Para as ativistas Naiara Leite e Valdecir Nascimento (2022), as escritas das mulheres negras são ferramentas potentes na luta contra o apagamento histórico de nossas memórias ancestrais, permitindo não apenas a visibilidade de nossas reflexões e vivências, muitas vezes silenciadas, mas também o fortalecimento de existências e resistências diante das múltiplas formas de morte simbólica e material. Assim, somos construídas a partir de nossos pontos de vista e vivências, dimensões refletidas atrás do ativismo de Luiza Bairos (1995, p. 461) a qual argumenta que a opressão vivida por mulheres negras trabalhadoras não deve ser compreendida



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

apenas em termos de acúmulo de desvantagens, mas como uma experiência situada que oferece uma perspectiva distinta sobre o que significa ser mulher em uma sociedade estruturada pelo racismo e pelo sexismo.

Assim, acrítica à ideia de unicidade sobre nós, mulheres negras, é fundamental para compreender a complexidade de nossas experiências. Nesse sentido, Núbia Moreira (2011, p. 17) reflete que a construção de uma representação política legítima das mulheres negras ocorre em meio a uma crise identitária, marcada pelo rompimento com a noção homogênea e abstrata de “mulher negra”. Trata-se de um processo de acerto de contas interno, que impulsiona a formação de organizações baseadas não apenas em afinidades étnicas, mas, sobretudo, em compromissos políticos compartilhados. Essa análise reforça a importância de reconhecermos a diversidade entre nós, que atuamos de forma situada e posicionada nos diferentes territórios que ocupamos, fazendo emergir múltiplas vozes, práticas e estratégias de enfrentamento às opressões correlatas que nos intersectam.

Esse corpo é território, são nossos corpos-mulheres-negras e atuações diversas. Esse corpo é territorialidade, pois se articulam e constroem atuações políticas-ativistas, ações, agências, construções políticas diversas. Na medida em que, não apenas no sentido simbólico, mas profundamente material, histórico e espiritual. Quando afirmamos que nossos corpos são territórios, estamos evocando uma compreensão ancestral e política que rompe com a fragmentação imposta pelo colonialismo, pelo racismo e pelo patriarcado. Somos corpo que sente, que lembra, que pensa e que age. Como propõe Beatriz Nascimento (2018), o corpo negro a partir da perspectiva do aquilombamento se torna um espaço de enunciação e insurgência, as quais recusamos as narrativas que nos reduzem ao sofrimento ou ao silêncio.

Ao refletir sobre o quilombo, Beatriz Nascimento nos convida a compreendê-



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

lo como um espaço-tempo de criação coletiva, onde se elaboram práticas de liberdade, (re)existência e afirmação de uma outra ordem de humanidade. Nascimento (2021) aponta que a relevância dos quilombos para a população negra na contemporaneidade pode ser enfraquecida por estarem inseridos em um universo simbólico, no qual seu caráter libertário é muitas vezes reduzido a um impulso ideológico voltado à afirmação racial e cultural do grupo. Assim, para a autora, pensar o quilombo historicamente é compreender que ele não é apenas um território físico, mas também um território simbólico e afetivo, um lugar de construção de vínculos comunitários, de afirmação, pertencimento e de reinvenção cotidiana das práticas de liberdade. Nessa perspectiva, refletir sobre as relações étnico-raciais a partir do pensamento de mulheres negras permite evidenciar as lutas e ações construídas por diferentes realidades na afirmação de suas potencialidades, diversidades, existências, identidades e direitos.

Cito aqui o pioneirismo da professora Ana Célia da Silva (2011), que, ao investigar a representação de pessoas negras nos livros didáticos, denunciou as imagens estereotipadas e racistas presentes nesses materiais, contribuindo de forma contundente para a construção de uma educação antirracista. Sua pesquisa abriu caminhos importantes para a valorização das identidades negras e para a reformulação das práticas pedagógicas no Brasil, afirmando a necessidade de uma educação comprometida com a justiça social e com a diversidade étnico-racial. Segundo Silva (2011), historicamente, a educação do povo negro foi temida pelas elites dominantes, que percebiam o acesso ao saber por parte da população negra como uma ameaça. Essa percepção assertiva, pois a educação tem, de fato, o potencial de promover revolução e transformação social.

Desse modo, é significativo pensarmos na sanção da Lei 14.986/2024, que torna obrigatória a inclusão de abordagens baseadas nas experiências e perspectivas das mulheres nos currículos da educação básica, o qual representa



UESB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUL DO BRASIL



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

um avanço significativo na construção de uma educação mais plural e comprometida com a justiça social. A presente lei é incorporada à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), ampliando seu escopo normativo e reforçando o compromisso com uma educação mais representativa. Mas, não podemos perder de vista a luta histórica dos movimentos sociais neste contexto. Portanto, para que essa medida não se torne uma ação isolada ou simbólica, é fundamental articulá-la com as Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que instituem, respectivamente, a obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nas escolas brasileiras para que essa medida não se torne uma ação isolada ou simbólica. Essa articulação precisa ser feita a partir de uma perspectiva interseccional, que reconheça as múltiplas dimensões das desigualdades e as interconexões entre raça, sexualidades, gênero, classe, território e outros marcadores sociais.

Conclusões de Continuidade

A breve reflexão aqui proposta reafirma que os estudos étnico-raciais e os feminismos negros, especialmente quando articulados a partir das vivências e saberes de mulheres negras, constituem processos fundamentais de (re)existência histórica, política e epistemológica. Ao compreendermos o corpo negro – em especial o corpo-mulher-negra – como território e palavra, deslocamos os limites impostos por uma lógica colonial, patriarcal e racista, abrindo caminho para narrativas que nos colocam como protagonistas de nossas histórias e de nossos territórios. Como nos ensina Sueli Carneiro (2023), falar das mulheres negras é falar de um lugar epistêmico estratégico, que revela as engrenagens do racismo patriarcal e propõe saídas emancipadoras.

Essa perspectiva também é reafirmada por Lélia Gonzalez (2020), ao tratar



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO
SUDESTE DA BAHIA



Colegiado do curso de

DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

da importância do pensamento afrolatino-americano e das encruzilhadas culturais que compõem o Brasil. Portanto, ao pensar a implementação das três normativas aqui citadas, estamos propondo a construção de uma educação encruzilhada, que esteja atenta a pluralidade dos saberes e das vivências e que reconheça as pedagogias construídas por nós negras em nossos movimentos sociais, nossas comunidades, bem como nos mais diversos espaços de construção do conhecimento contra-hegemônico. Essa é a potência de onde falamos: de corpos que se levantam, que denunciam, que criam, que (re)existem. Porque, como afirmam os movimentos negros e de mulheres negras, enquanto houver racismo, não haverá democracia, e nós não daremos nenhum passo atrás. *Modupé*.

LISTA DE REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 458-463, 2. sem. 1995.

BISPO, Silvana Santos. **Feminismo em Debate**: reflexão sobre as organizações de mulheres negras em Salvador (1978-1979). São Paulo: Editora Dialética, 2023.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras falas**: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras. 2012. 382 f. Tese (Doutorado em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

COLLINS, Patricia. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. 1ª ed. – São Paulo: Boitempo, 2022.

CRENSHAW, Kimberlé W. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial relativos ao Gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.



UESB
UNIVERSIDADE
ESTADUAL DO SUL DA BAHIA



Colegiado do curso de
DANÇA



XX ENCONTRO DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO ÉTNICA & X SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE (PPGREC/ODEERE)

EVARISTO, Conceição. A Escrivivência e seus subtextos. *In*: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado (org.). **Escrivivência**: a escrita de nós. Reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo. Ilustrações de Goya Lopes. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 26-46.

FIGUEIREDO, Angela. Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. e0102, 2020. DOI: 10.5965/2175180312292020e0102. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0102>. Acesso em: 15 de abri. 2025.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**. Anpocs. p.223-244, 1984.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. Sistemas alternativos organizados pelos negros dos quilombos às favelas. *In*: _____. **Beatriz Nascimento, quilombola e intelectual**: possibilidades nos dias da destruição. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018, p. 211- 222.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma História Feita por Mãos Negras**: relações raciais, quilombos e movimentos; organização Alex Ratts. 1ª edição. Rio de Janeiro, Zahar, 2021.

LEITE, Naiara; NASCIMENTO, Valdecir. Apresentação. *In*: _____. NASCIMENTO, Beatriz. **Narrativas transatlânticas de mulheres negras**. 1. ed. Salvador: Diálogos Insubmissos de Mulheres Negras, 2022.

MOREIRA, Núbia Regina. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático**: o que mudou? por que mudou?. Salvador: EDUFBA, 2011. 182 p.

